



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE  
REITORIA  
PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA  
DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - DEL  
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DTIC/DEL/DLC/PROAD

**RESPOSTA AO RECURSO**

**JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO**

**Processo n. 23060.000884/2024-79**

**TERMO:** DECISÓRIO

**FEITO:** RECURSO ADMINISTRATIVO (contra)

**REFERÊNCIA:** PREGÃO ELETRÔNICO nº 90008/2025

**I. DAS PRELIMINARES**

Recurso administrativo interposto pela RL INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, registrada no CNPJ/MF sob o nº 30.948.812/0001-24, contra decisão da pregoeira que aceitou e habilitou a empresa CENTERDATA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA, CNPJ/MF sob o nº 52.593.051/0001-78 no Pregão nº 90008/2025.

**II. DAS FORMALIDADES LEGAIS À ADMISSIBILIDADE DO RECURSO**

A doutrina majoritária indica como requisitos de admissibilidade a tempestividade e a inclusão de fundamentação e do pedido de reforma do ato Administrativo.

A Lei 14.133/2021 assim estabelece:

“Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de

inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação;

e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de

preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;

II - a apreciação dar-se-á em fase única.

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que proferiu o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses."

O recurso apresentado cumpre o requisito da tempestividade, bem como o da fundamentação, além disso, encontra-se presente o necessário pedido de retificação da decisão, tornando assim, o recurso interposto plenamente admissível.

### III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Em resumo a empresa RL INFORMÁTICA LTDA alega que:

*“(...) o termo de referência que consubstancia o edital requisita que a BIOS deverá permitir a inserção de um registro de controle patrimonial, de, pelo menos, 10 (dez) caracteres, em memória não volátil.*

*Contudo, após análise da proposta da recorrida, verifica-se que o modelo Positivo C6400 ofertado não atende a esse quesito, contrariando o que prescreve o termo de referência, o que conseqüentemente se torna critério obrigatório do edital.”*

#### IV. DAS CONTRARRAZÕES

Em resumo a empresa CENTERDATA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA alega que:

*“O EQUIPAMENTO OFERTADO POSSUI REGISTRO DE CONTROLE PATRIMONIAL DE ATÉ 20 CARACTERES, conforme consta no catálogo anexado.”*

#### V. DA ANÁLISE

A Recorrida apresentou juntamente com a proposta o catálogo do equipamento ofertado. Nele é possível encontrar claramente a informação abaixo no item BIOS/UEFI:

*"Registro de número de série (editável/não-editável opcional) e patrimônio editável (até 20 caracteres)"*

A bem da verdade, trata-se de Recurso meramente protelatório, desprovido de qualquer fundamentação técnica e/ou legal, interposto por mero inconformismo da Recorrente, única e exclusivamente para o fim de tumultuar e retardar o prosseguimento do certame.

Diante das razões apresentadas, passo à decisão.

#### VI. DA DECISÃO

Vistos e relatados os pontos da insurgente cumpre manifestar decisão quanto à pretensão ora requerida. Tomada pelo princípio da legalidade, impessoalidade, igualdade, vinculação ao instrumento convocatório, moralidade, publicidade e dos que lhes são correlatos, **conheço do recurso, mas nego-lhe provimento** pela razões meritórias acima.

Publique-se esta decisão.

**Lorena de Souza Silva Medeiros**

**Pregoeira**



Documento assinado eletronicamente por **LORENA DE SOUZA SILVA MEDEIROS, Chefe(a)**, em 15/04/2025, às 09:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0675674** e o código CRC **68FCE379**.

Referência: Processo nº 23060.000884/2024-79

SEI nº 0675674